

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2003**



**INDIVIDUAL E CONSOLIDADO**

# **RELATÓRIO E CONTAS**

## **2003**



CONDURIL – CONSTRUTORA DURIENSE, SA  
CAPITAL SOCIAL – 10 000 000 €  
SEDE: AV<sup>3</sup> ENG<sup>o</sup> DUARTE PACHECO, 1835 ERMESINDE – VALOGO  
SOCIEDADE ABERTA – PESSOA COLECTIVA N<sup>o</sup> 500 070 210  
REG. NA C.R.C. DO PORTO SOB O N<sup>o</sup> 18673  
ALVARÁ N<sup>o</sup> 568

## SUMÁRIO

ÓRGÃOS SOCIAIS  
CONTAS INDIVIDUAIS  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANEXOS  
BALANÇO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO  
RELATÓRIO DOS AUDITORES  
CONTAS CONSOLIDADAS  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
BALANÇO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO  
RELATÓRIO DOS AUDITORES

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA GERAL

Carlos António Soares de Noronha Dias (PRESIDENTE)  
Francisco Leal Azevedo  
Álvaro Duarte Neves Vaz

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Amorim Martins (PRESIDENTE)  
Ademar Américo Soares Paiva  
António Baraças Andrade Miragaia  
Carlos da Silva Teixeira Mourão  
Carmo Coelho Moreira Pereira  
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins  
Ricardo Manuel de Araújo Catarino

### FISCAL ÚNICO

Crisóstomo Aquino de Barros (ROC)

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Contas relativas ao ano de 2003.

1.

Não houve surpresas em 2003: o mercado das obras públicas continuou a definhar, com manifestação reforçada de efeitos auto-destrutivos, a começar pela diminuição de trabalho com o conseqüente acréscimo de degradação dos preços, passando pela facilidade, mais ou menos aberta, com que vamos atraindo empresas estrangeiras sem quaisquer ganhos de produtividade relevantes para a economia nacional e sem reciprocidades, e terminando pelo sistemático atraso dos pagamentos por parte dos organismos públicos, já a ultrapassar os seis meses. A gestão do deficit das contas públicas, prosseguida como objectivo básico da política económica, não pôde naturalmente produzir os efeitos pretendidos, de imediato, seja pela permanência de obstáculos estruturais, seja pelo inevitável desfasamento de reacção: por isso, não há, a médio prazo, perspectivas consolidadas de recuperação da perda de 20% estimada para a produção nacional do triénio 2002/2004.

2.

Atentos às características da evolução do mercado, intensificámos a nossa participação nos concursos, designadamente pelo alargamento a novos países, sob o impulso de ganhos de produtividade e da melhoria contínua da qualidade do trabalho oferecido, potenciados pela nova macro estrutura implementada. Lamentavelmente pudemos constatar que, algumas vezes, as decisões dos concursos públicos resvalaram para a sobrevalorização de aspectos subjectivos, dificultando ainda mais a nossa actuação. Paralelamente, a nossa actividade em África sofreu um forte impulso, proporcionado pela conjugação de circunstâncias que constituíam forças decisivas do nosso plano estratégico: enraizamento local sólido e progressivo, envolvente sócio-política favorável e a implementação de uma estrutura profissional experiente e autónoma a actuar localmente.

No contexto geral referenciado, que foi difícil, os resultados do exercício de 2003 tiveram forçosamente de ressentir-se, seja pela grande deterioração dos preços nos concursos, seja por excesso ainda superveniente da capacidade instalada, resultante do forte decréscimo do volume de obras postas a concurso e das adjudicações concretizadas.

3.

A actividade desenvolvida pelas nossas sucursais em África cifrou-se num volume de vendas que ultrapassou os 11 milhões de euros, representando um aumento superior a 90% relativamente ao ano anterior, com a garantia de maior crescimento já em 2004 e para o qual nos fomos preparando em estruturas humanas e técnicas ao longo dos últimos anos.

Por outro lado, temos procurado a diversificação para outros mercados europeus e africanos, participando em concursos públicos locais, sós ou em consórcio, solidificando relações e conhecimentos úteis.

Em Angola, a nossa sociedade CONDURIL – ENGENHARIA ANGOLA, LDA. teve um exercício ainda não em velocidade cruzeiro, proporcionando o resultado líquido aproximado de 40 mil euros.

Em Moçambique, na ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda, adquirimos parte da quota do nosso sócio local, aumentando a nossa posição de 60% para 85.47% do capital social. Apesar do bom enraizamento local e das boas perspectivas futuras, o exercício ficou aquém das expectativas, por percalços ocorridos no segundo semestre, com o modesto resultado de 8.4 milhares de euros. A empresa moçambicana MABLANE – Inertes, Lda. foi confrontada com a necessidade técnica de transformação do seu sistema de produção, esperando-se que no decurso de 2004 possa laborar com normalidade.

Criámos a empresa CONDURIL – Gestão de Concessões de Infraestruturas, SA visando a actuação em novas áreas de negócio que temos em apreciação.

A actividade das empresas do grupo será, nos termos da Lei, objecto do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas.

4.

Relativamente à nossa actividade em Portugal, constata-se que, em geral, os preços praticados estão abaixo do limite mínimo aceitável, sendo consequência do excesso da capacidade instalada que é acrescida por uma concorrência estrangeira algumas vezes não alicerçada em capacidades disponíveis localmente e conotada com a prática de dumping, com recurso a subcontratação generalizada. Não se pretende protecção que não tem qualquer sentido no mercado global a que pertencemos, mas apenas reciprocidade de tratamento e de oportunidades.

Intensificámos a participação nos concursos públicos e privados, sendo de realçar a dinamização na área da construção civil e na de “processos especiais” (fundações indirectas, pré-esforço, injeções e ancoragens), fomentada pelas respectivas direcções recentemente criadas e autonomizadas, já com alguns resultados prometedores.

Pudemos uma vez mais cumprir com as nossas obrigações para com os nossos clientes, designadamente pelo respeito escrupuloso dos prazos de construção.

5.

O cash flow operacional do exercício atingiu o valor de 3.39 milhões de euros e os resultados financeiros desfavoráveis de 832 milhares de euros representam uma melhoria de 40% relativamente ao ano de 2002 e com boas perspectivas de que continuem a melhorar em 2004. O resultado líquido do exercício foi de 597 milhares de euros e a situação económico-financeira da empresa, traduzida pelos índices mais comuns na nossa indústria, apresenta valores satisfatórios:

	2000	2001	2002	2003
liquidez geral	113	121	150	128
autonomia financeira	21	27	32	34
cobertura do imobilizado	150	122	197	156

sendo de notar que a evolução, no exercício, do grau de liquidez geral é prejudicada pelo ajuste que operámos no prazo das dívidas, como atesta a evolução positiva da autonomia financeira; registre-se que em 2004 é certa a melhoria daquele índice, designadamente por compensação já programada de débitos e créditos.

6.

Face aos valores da nossa carteira de encomendas, superior a 100 milhões de euros, e às perspectivas de ganho de novos trabalhos, estimamos que a produção efectiva em 2004 ultrapasse os 70 milhões de euros, com forte componente da actividade desenvolvida no estrangeiro e em algumas obras de boa envergadura técnica e económica.

7.

Como deixámos dito, a nossa empresa está em mudança: prosseguimos o objectivo estratégico de reforço sustentado do peso da nossa actividade no estrangeiro, temos procedido à avaliação sistemática das oportunidades de penetração em outras áreas de negócio e agilizámos as nossas estruturas (organizativa e produtiva) adequando-as à evolução do mercado das obras públicas nacionais. Em resposta às exigências crescentes de maior competitividade, continuamos a dedicar muita atenção à formação em várias valências profissionais, tendo sido realizadas 40 acções de formação internas e externas, envolvendo 206 pessoas e 1448 horas. Também em 2003 foram efectuadas auditorias externas de acompanhamento do nosso Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001 2000 e da acreditação do nosso Laboratório Central, pelo Instituto Português da Qualidade para a execução de ensaios laboratoriais – NP EN ISO / IEC 17025, com resultados favoráveis.

Os custos com o pessoal totalizaram 10.33 milhões de euros e, em correspondência com as preocupações e responsabilidades sociais emergentes da nossa cultura empresarial, integram o reforço de 232 mil euros para o Fundo de Pensões Conduril que atingia, em fins de 2003, o montante de 2.36 milhões de euros, valor influenciável pela melhoria esperada do mercado de capitais.

8.

Mantiveram-se em carteira 200 000 acções próprias, transitadas de anos anteriores, por não ter ocorrido oportunidade de transacção com interesse.

O contrato promessa de compra e venda da nossa participação na Auto-Estradas do Atlântico e na Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, SA que anunciámos e contabilizámos em 2002, deu lugar em 2003, nos termos prometidos, ao contrato de compra e venda que tem vindo a ser integralmente cumprido. A Reserva, então efectuada pelos Auditores e que mereceu o nosso imediato desacordo, suscitou a Reserva de contrapartida que os mesmos incluem no seu Relatório deste ano e que, em coerência, merece também a nossa frontal discordância.

Não está ainda resolvido o contencioso da obra Ponte de Santarém que se vem arrastando há demasiado tempo.

Estamos a planificar a transição para as Normas Internacionais de Contabilidade, com vista ao oportuno cumprimento da sua obrigatoriedade de aplicação, sem podermos adiantar, desde já, qualquer ideia sobre o respectivo impacto.

9.

No prosseguimento da nossa política de dividendos, cujo objectivo fundamental é o da boa remuneração do capital investido pelos nossos accionistas, numa repartição adequada à continuidade do progresso da CONDURIL, propomos que o resultado líquido de do exercício de 597 333 euros tenha a aplicação seguinte:

- a. 198 000 € - para dividendos, a que correspondem 0.11 € por acção;
- b. 30 000 € - para reforço da reserva legal;
- c. 369 333 € - para reservas livres.

10.

Para os nossos Clientes fica a nota do apreço que lhes devemos e a garantia de que a sua satisfação continua a ser o objectivo do nosso sistema de gestão da qualidade.

Aos bancos, aos fornecedores e às congéneres com quem trabalhamos durante o ano, deixamos nota da satisfação pelas boas relações estabelecidas.

A colaboração dos órgãos sociais merece, uma vez mais, os nossos agradecimentos. Num ano exigente, pudemos sempre contar com o empenho dos nossos trabalhadores, facto que registamos com muito prazer.

Ermesinde, 8 de Março de 2004



### 3. Demonstração dos fluxos de caixa

unid. EUR

<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebido de clientes	42 531 873	
Pago a fornecedores	-30 388 682	
Pagamentos ao pessoal	-10 329 715	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	1 813 476	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-516 921	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	1 477 877	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	2 774 432	
Pag. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-155 887	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>2 618 545</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	7 644 476	
Imobilizações corpóreas	73 657	
Juros e proveitos similares		7 718 133
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	-101 320	
Imobilizações corpóreas	-1 561 466	
Imobilizações incorpóreas	0	-1 662 786
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>6 055 347</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	2 314 541	
Juros e custos similares	955 221	3 269 762
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	-8 440 565	
Dividendos	-198 000	
Juros e custos similares	-1 689 445	-10 328 010
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-7 058 248</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>1 615 554</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 105 009</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2 720 563</b>

#### ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2003	2002
Numerário	92 459	78 079
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 628 104	1 026 930
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>2 720 563</b>	<b>1 105 009</b>

Nota: Relativamente aos números 1, 3, 4, e 5 nada há a referir

## RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA CONDURIL, S.A.

Em cumprimento das normas do Regulamento da CMVM nº. 7/2001, presta-se a seguinte informação:

### Capítulo 0 – Declaração de cumprimento

#### I - Divulgação de informação

1. Contacto com o mercado e igualdade de tratamento dos accionistas: recomendação adoptada, com as funções desempenhadas pelo Gabinete de Economia e Fiscalidade.

#### II - Exercício do direito de voto e representação dos accionistas

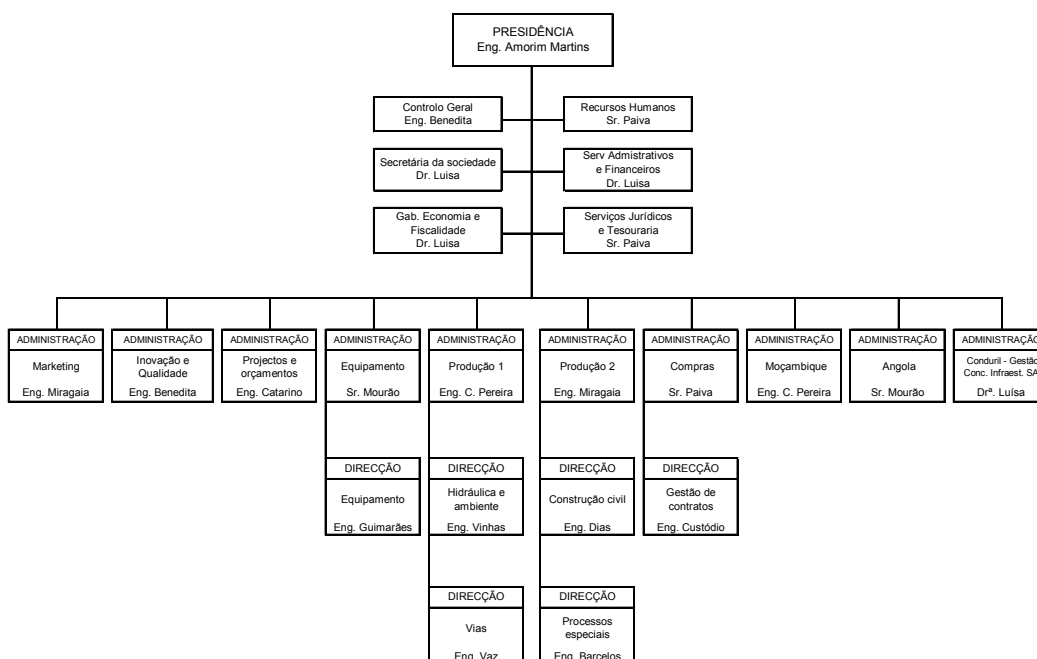
2. Direito de voto: recomendação adoptada, sendo a antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a assembleia geral de 10 dias, por norma estatutária.

#### III – Regras societárias

3. Sistema interno de controlo: recomendação adoptada.
4. Cláusulas defensivas: recomendação adoptada; não foram adoptadas quaisquer medidas defensivas relativamente ao êxito de ofertas públicas de aquisição.
5. Orientação efectiva: recomendação adoptada; todos os membros do conselho de administração exercem orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.
6. Independência: recomendação adoptada; o conselho de administração é constituído por sete membros, dos quais apenas dois não podem ser considerados independentes: um por detenção de participação qualificada e outro por razões de parentesco. No ponto 1. do Capítulo IV – Órgão de Administração, identificam-se os administradores.
7. Comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários: recomendação adoptada.
8. Remuneração dos membros do Conselho de Administração: não adoptamos a recomendação pelo que respeita à indicação individual, por entendermos que a indicação em termos colectivos é suficiente.
9. Independência dos membros da Comissão de Vencimentos relativamente aos membros do Conselho de Administração: recomendação não adoptada; a solução estatutária não impõe a referida independência que consideramos inadequada a uma sociedade da nossa dimensão.
10. Plano de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções a membros do conselho de administração e/ou a trabalhadores: recomendação adoptada; não está previsto qualquer plano, mas em caso de vir a existir, a proposta a submeter à aprovação da assembleia geral, será acompanhada do respectivo regulamento.

## Capítulo I – Divulgação de informação

1. A repartição de competências, no quadro do processo de decisão empresarial, está representada no organigrama seguinte:



2. As comissões e órgãos específicos criados na sociedade, definidas no ponto 2. do Capítulo IV – Órgão de Administração, são:

Conselho Estratégico  
Comissão de Análise dos Contratos  
Controlo Geral

A indicação de independência dos administradores, considerada nos termos do n.º 2 do art.º 1.º do Regulamento da CMVM n.º 07/2001, é referida no ponto 1. do Capítulo IV – Órgão de Administração.

3. O nosso sistema de controlo de riscos assenta em dois subsistemas:
  - riscos de actividade, incluindo ambientais: desenvolvido sistematicamente segundo a NP EN ISO 2001, certificado anualmente pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação;
  - riscos financeiros: desenvolvido por auditorias internas e controlo de execução dos planos anual e estratégico e por controlo orçamental das obras e dos serviços; e externamente por:
    - ROC – Dr. Crisóstomo Aquino de Barros – Certificador legal das contas
    - Auditor da CMVM – Ledo, Morgado e Associados, SROC
    - Auditores externos – Deloitte & Touche
4. O movimento bolsista foi muito reduzido em 2003, facto para que também terá contribuído a situação do mercado de capitais em geral, tendo a última cotação efectuada sido de 4.5 euros.  
Os dividendos líquidos correspondentes aos exercícios de 2000, 2001 e 2002 foram de 0.1235 (24\$75), 0.1360 e 0.088 euros, tendo sido pagos em 29.04.2001, 29.04.2002 e 30.04.2003, respectivamente.
5. A política de dividendos tem por objectivo fundamental a boa remuneração do capital investido pelos accionistas, numa repartição de resultados adequada à continuidade do progresso da empresa.

6. Não existem planos de atribuição de acções e ou de opções de aquisição de acções.
7. Entre a sociedade e qualquer dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, não há negócios significativos para qualquer das partes, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.
8. No Gabinete de Economia e Fiscalidade estão centralizadas todas as questões formuladas pelos investidores, bem como os esclarecimentos que forem necessários, sob a responsabilidade da Representante para as Relações com o Mercado, Dr<sup>a</sup>. Maria Luísa Andrade de Amorim Martins, acessível pelos endereços da sociedade.

O *site* da sociedade na Internet está em preparação e será gerido pela Representante para as Relações com o Mercado.

9. A Comissão de Vencimentos é constituída por três membros eleitos trienalmente em assembleia geral para atribuição das remunerações dos órgãos sociais. Actualmente é composta pelos três administradores seguintes:

Eng<sup>o</sup>. António Luís Amorim Martins  
Sr. Carlos da Silva Teixeira Mourão  
Eng<sup>o</sup>. Carmo Coelho Moreira Pereira

10. Pagamentos em 2003 de auditoria e revisão de contas:

ao R.O.C. Dr. Crisóstomo Aquino de Barros – 13 942.60 euros.

ao auditor Ledo, Morgado e Associados, SROC, representada por Jorge Bento Martins Ledo – 18 492.60 euros.

aos auditores externos Deloitte & Touche – 3 570.00 euros.

## Capítulo II – Exercício do direito de voto e representação dos accionistas

A cada 100 acções corresponde um voto e podem participar nas assembleias os accionistas que mostrem ter, até 10 dias antes da data da assembleia, acções que confiram esse direito, podendo fazer-se representar, mediante carta dirigida ao presidente da assembleia geral.

O direito de voto pode ser exercido por correspondência desde que recebido na antevéspera do dia da assembleia, dirigido ao seu presidente, em sobrescrito fechado, para garantia da confidencialidade do voto. Não há a possibilidade do exercício do direito de voto por meios electrónicos.

## Capítulo III – Regras societárias

1. Não existem regulamentos internos nem códigos de conduta dos órgãos da sociedade. A experiência da vida societária tem mostrado que a Lei, o direito consuetudinário e a cultura da empresa têm sido suficientes.
2. O controlo do risco na actividade da sociedade, assumido como área específica da gestão, é desenvolvido pelos órgãos: Controlo Geral e Comissão de Análise dos Contratos, referenciados no ponto 2. do Cap. IV – Órgão de Administração.
3. Não foram adoptadas quaisquer medidas defensivas relativamente ao êxito de ofertas públicas de aquisição. Não há limitações ao direito de voto, nem restrições à transmissibilidade de acções, como não há direitos especiais de qualquer accionista. Não são conhecidos acordos parassociais.

#### Capítulo IV – Órgão de Administração

1. A administração da sociedade é exercida pelo Conselho de Administração constituído exclusivamente por administradores executivos:

Eng.º António Luís Amorim Martins - presidente  
Ademar Américo Soares Paiva  
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia  
Carlos da Silva Teixeira Mourão  
Eng.º Carmo Coelho Moreira Pereira  
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins  
Eng.º Ricardo Manuel de Araújo Catarino

não sendo considerados como administradores independentes:

Eng.º António Luís Amorim Martins, por detenção da participação de 25.59%; e  
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins, por razões de parentesco

Cargos desempenhados nas sociedades do grupo:

Carlos da Silva Teixeira Mourão, gerente de Conduril – Engenharia (Angola), Lda.

2. Para actuação em áreas específicas da gestão, existem os órgãos seguintes:

##### Comissão de Análise dos Contratos

composição: constituído por todos os administradores envolvidos nos contratos de empreitadas que a empresa subscreve.

atribuições: verificar se os requisitos dos contratos de empreitada estão adequadamente definidos, documentados e conformes às propostas apresentadas, e se estão salvaguardadas as capacidades da sociedade necessárias à sua satisfação.

##### Controlo geral

composição: Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins, administradora.

atribuições:

- a. controlo do cumprimento dos requisitos legais, incluindo os ambientais, e dos requisitos dos clientes e dos processos de trabalho estabelecidos, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade - NP EN ISO 9001, certificado pela APCER ;
  - b. auditoria financeira interna, incluindo tesouraria, contabilidade e fiscalidade.
  - c. controlo orçamental: das obras, dos serviços e geral da empresa;
  - d. avaliação da estrutura e governo societário.
3. Não existe comissão executiva. O Conselho de Administração reúne, em regra, duas vezes por mês, com convocatória que inclui a agenda coordenada pelo seu presidente.
  4. A política de remuneração assenta no objectivo central de remunerar o nível de desempenho, de forma equilibrada e estimulante, com atenção aos interesses da sociedade e à envolvente externa.
  5. A remuneração dos administradores, constituída exclusivamente por parte fixa, atingiu o montante global de 543 455 euros.

## CONTAS INDIVIDUAIS

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

## BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

ACTIVO	2003			unid. EUR 2002
	AB	AP	AL	AL
<b>IMOBILIZADO</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Propriedade industrial e outros direitos	21 049		21 049	21 049
	21 049		21 049	21 049
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	6 532 183	49 956	6 482 226	6 532 183
Edifícios e outras construções	6 979 051	2 676 183	4 302 868	4 553 830
Equipamento básico	23 397 127	22 324 161	1 072 967	1 163 677
Equipamento de transporte	5 400 058	4 844 051	556 007	329 516
Ferramentas e utensílios	642	642		
Equipamento administrativo	663 391	525 145	138 247	150 212
Imobilizações em curso	1 385 075		1 385 075	937 002
	44 357 527	30 420 138	13 937 390	13 666 419
<b>Investimentos financeiros</b>				
Partes de capital em empresas do grupo	2 437 373		2 437 373	2 528 692
Empréstimos a empresas do grupo	37 420		37 420	45 242
Títulos e outras aplicações financeiras	327 274		327 274	327 274
	2 802 066		2 802 066	2 901 208
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Existências</b>				
Matérias primas subs. e consumo	1 563 610	33 420	1 530 190	1 508 920
Produtos e trabalhos em curso	4 528 523		4 528 523	4 203 871
	6 092 132	33 420	6 058 713	5 712 791
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo</b>				
Clientes c/c	29 920 756		29 920 756	27 250 492
Clientes c/ retenção de garantias	1 972 199		1 972 199	2 611 327
Clientes duvidosos	222 967	222 967		
Estado e outros entes públicos	27 953		27 953	57 694
Outros devedores	8 860 727		8 860 727	16 122 762
	41 004 601	222 967	40 781 635	46 042 275
<b>Depósitos bancários e caixa</b>				
Depósitos bancários	2 628 104		2 628 104	1 026 931
Caixa	92 459		92 459	78 079
	2 720 563		2 720 563	1 105 009
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
Acréscimos de proveitos	1 215 739		1 215 739	1 967 010
Custos diferidos	140 695		140 695	291 144
	1 356 434		1 356 434	2 258 154
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		30 420 138		
TOTAL DE PROVISÕES		256 387		
TOTAL DO ACTIVO	98 354 373	30 676 525	67 677 849	71 706 906

## BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

unid. EUR

### CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
<b>Capital</b>	10 000 000	10 000 000
<b>Acções Próprias</b>		
Valor nominal	-1 000 000	-1 000 000
Descontos e prémios	50 000	50 000
Ajustamento de partes de capital em empresas do grupo	-296 457	
<b>Reservas de reavaliação</b>	6 481 805	6 832 719
<b>Reservas</b>		
Reservas legais	785 856	732 856
Reservas livres	3 545 083	2 745 584
Ressultados transitados	2 632 085	2 324 779
	<u>22 198 371</u>	<u>21 685 939</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	597 333	1 050 499
<b>Total do capital próprio</b>	<u>22 795 704</u>	<u>22 736 438</u>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	3 375 000	
Outros empréstimos obtidos		10 000 280
	<u>3 375 000</u>	<u>10 000 280</u>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	14 035 538	15 317 443
Fornecedores c/c	16 209 560	14 797 417
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	343 600	150 787
Fornecedores - títulos a pagar	2 221 859	1 647 540
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar	2 083	
Outros empréstimos obtidos	3 500 000	
Fornecedores de imobilizado c/c	667 834	402 223
Estado e outros entes públicos	1 468 287	1 299 011
Outros credores	344 405	1 514 204
	<u>38 793 164</u>	<u>35 128 624</u>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
Acréscimos de custos	1 098 386	948 112
Proveitos diferidos	1 615 594	2 893 452
	<u>2 713 981</u>	<u>3 841 564</u>
<b>Total do passivo</b>	44 882 145	48 970 468
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<u>67 677 849</u>	<u>71 706 906</u>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<b><u>CUSTOS E PERDAS</u></b>	<b>2 003</b>		<b>2002</b>	
	unid. EUR			
Custo das merc. vendidas e das mat.cons.				
Matérias	8 431 984	8 431 984	9 737 833	9 737 833
Fornecimentos e serviços externos		24 401 584		25 676 898
Custos com o pessoal				
Remunerações	7 825 293		8 122 750	
Encargos sociais				
Pensões	232 365		236 000	
Outros	2 272 058	10 329 715	2 478 457	10 837 207
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo	1 217 817		1 234 506	
Provisões	222 967	1 440 784		1 234 506
Impostos	478 204		330 320	
Outros custos operacionais	1 582 081	2 060 286	2 020 633	2 350 954
(A)		46 664 353		49 837 397
Perdas em empresas do grupo e associadas			688 842	
Juros e custos similares				
Outros	1 512 016	1 512 016	1 608 573	2 297 415
(C)		48 176 369		52 134 813
Custos e perdas extraordinários		119 596		337 510
(E)		48 295 964		52 472 323
Imposto s/ rendimento do exercício		516 921		695 776
(G)		48 812 885		53 168 099
Resultado líquido do exercício		597 333		1 050 499
		49 410 217		54 218 598
 <b><u>PROVEITOS E GANHOS</u></b>				
Vendas				
Produtos			255 000	
Prestações de serviços	44 563 009	44 563 009	46 579 725	46 834 725
Variação da produção		324 652		-5 368 190
Trabalhos para a própria empresa		490 594		426 138
Proveitos suplementares	448 533		446 755	
Outros proveitos operacionais	2 786 997	3 235 530	2 915 084	3 361 839
(B)		48 613 785		45 254 512
Ganhos em empresas do grupo e associadas	47 427		43 609	
Outros juros e proveitos similares				
Outros	631 837	679 263	892 698	936 307
(D)		49 293 048		46 190 819
Proveitos e ganhos extraordinários		117 170		8 027 779
(F)		49 410 217		54 218 598
Resultados operacionais	(B) - (A)	1 949 431		- 4 582 886
Resultados financeiros	(D - B) - (C-A)	- 832 752		- 1 361 108
Resultados correntes	(D) -(C)	1 116 679		- 5 943 994
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	1 114 253		1 746 275
Resultado líquido do exercício	(F) - (G)	597 333		1 050 499

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS por funções

unid Euro

	Exercício	
	2 003	2 002
Vendas e prestações de serviços	44 563 009	47 200 852
Custo das vendas e das prest. de serviços	41 932 363	49 423 968
<b>Resultados brutos</b>	<b>2 630 646</b>	<b>-2 223 116</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	4 396 715	4 324 805
Custos de distribuição		
Custos administrativos	2 996 356	3 431 140
Outros custos e perdas operacionais	2 567 536	3 077 343
<b>Resultados operacionais</b>	<b>1 463 469</b>	<b>- 4 406 794</b>
Custo líquido de financiamento	1 115 690	1 219 218
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	8 672	- 57 080
Ganhos (perdas) em outros investimentos	757 802	7 429 367
Resultados não usuais ou não frequentes	117 169	
<b>Resultados correntes</b>	<b>1 114 253</b>	<b>1 746 275</b>
Impostos sobre os resultados correntes	516 920	154 770
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>597 333</b>	<b>1 591 505</b>
Resultados extraordinários		
Impostos sobre os resultados extraord.		541 006
<b>Resultados líquidos</b>	<b>597 333</b>	<b>1 050 499</b>
<b>Resultados por acção</b>	<b>0.33</b>	<b>0.58</b>

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

unid. EUR

<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebido de clientes	43 807 684	
Pago a fornecedores	-32 228 780	
Pagamentos ao pessoal	-10 220 699	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	1 358 205	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-384 117	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	2 135 554	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	3 109 642	
Pag. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-548 887	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>2 560 755</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	7 644 476	
Imobilizações corpóreas	214 447	
Juros e proveitos similares		7 858 923
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	-101 320	
Imobilizações corpóreas	-1 561 466	
Imobilizações incorpóreas	0	-1 662 786
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>6 196 137</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	2 314 541	
Juros e custos similares	955 221	3 269 762
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	-8 440 565	
Dividendos	-198 000	
Juros e custos similares	-1 752 441	-10 391 006
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-7 121 244</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>1 635 648</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 328 021</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2 963 669</b>

### ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2003	2002
Numerário	103 530	81 769
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 860 139	1 246 252
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>2 963 669</b>	<b>1 328 021</b>

Nota: Relativamente aos números 1, 3, 4, e 5 nada há a referir

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 (Montantes expressos em Euros)

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Conduril – Construtora Duriense, S.A. é uma sociedade anónima, com sede em Ermesinde, constituída em 14 de Fevereiro de 1959 e que tem como actividade principal o desenvolvimento de empreitadas públicas ou particulares, e todas as diligências e trabalhos que se prendam com o exercício dessa actividade.

A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

#### 1. DISPOSIÇÕES DO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DERROGADAS NO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, modificada pelas reavaliações legais e extraordinárias sobre o imobilizado corpóreo.

#### 2. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Empresa optou por não reconhecer os ajustamentos referentes aos saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos relativos a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da Directriz Contabilística nº 28 – Impostos sobre o Rendimento (Nota 6).

#### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais.

Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, proveitos e custos. O efeito desta consolidação origina um aumento dos activos de 1.424.500 Euros e os proveitos em aproximadamente 1706 022 Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As imobilizações corpóreas foram objecto de reavaliações de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. O valor dos terrenos e edifícios encontra-se influenciado pelo registo de uma reavaliação extraordinária em 31 de Dezembro de 2001 no montante de 6.469.629 Euros.

As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes. As taxas de amortização correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Anualmente as participações financeiras em empresas do grupo são ajustadas à taxa de câmbio vigente na data do balanço, por contrapartida da conta Ajustamento de partes de capital.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas do grupo ao valor nominal convertido à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição (323 869 €) e ao custo médio de aquisição (1 239 740 €).

Os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados tendo por base o custo de construção, conforme definido no caderno de encargos, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências no caso deste ser inferior ao custo.

Para reconhecimento dos proveitos e dos custos das obras em curso, foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício os custos e proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em função do critério da percentagem de acabamento das obras.

g) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

h) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e subcontratos.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data dos balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

#### 4. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Dólar americano = 0,7933 €

#### 6. IMPOSTOS

A Empresa optou por não reconhecer os ajustamentos referentes a saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos relativos a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da Directriz Contabilística nº 28 – Impostos sobre o Rendimento.

Caso tivesse optado pelo registo do valor dos activos e passivos por impostos diferidos, o impacto seria: débito de 2.035 milhares de Euros em Reservas de reavaliação, crédito de 316 milhares de Euros em Imposto sobre o rendimento e crédito de 1.719 milhares de Euros em Acréscimos e diferimentos – passivos por impostos diferidos.

#### 7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoal da Empresa durante o exercício de 2003 foi de 510.

#### 10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2003 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

##### ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Prop. industrial e outros direitos	21 049			21 049
	21 049			21 049
<b>Imobilizado Corpóreo</b>				
Terrenos e recursos naturais	6 532 183			6 532 183
Edifícios e outras construções	6 945 689	33 362		6 979 051
Equipamento básico	23 507 960	599 121	709 954	23 397 127
Equipamento de transporte	5 424 325	886 759	911 026	5 400 058
Ferramentas e utensílios	642			642
Equipamento administrativo	621 680	42 226	515	663 391
Imobilizações em curso	937 002	481 435	33 362	1 385 075
	43 969 481	2 042 903	1 654 857	44 357 527
<b>Investimentos Financeiros</b>				
Partes capital em empresas grupo	2 528 692	241 521	332 841	2 437 372
Empréstimos a empresas do grupo	45 242		7 822	37 420
Títulos e outras aplic. financeiras	327 274			327 274
	2 901 208	241 521	340 663	2 802 066

##### AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais		49 956		49 956
Edifícios e outras construções	2 391 859	284 324		2 676 183
Equipamento básico	22 344 283	542 004	562 126	22 324 161
Equipamento de transporte	5 094 809	287 724	538 482	4 844 051
Ferramentas e utensílios	642			642
Equipamento administrativo	471 469	53 834	158	525 145
	30 303 062	1 217 842	1 100 766	30 420 138

O movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros reflecte a aplicação do método de equivalência patrimonial e a constituição de uma nova empresa em 27 de Junho de 2003, denominada “Conduril – Gestão de Concessão de Infraestruturas, SA”

## 12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Dec.Lei nº. 430/78, de 27 de Dezembro      Dec.Lei nº. 111/88, de 2 de Abril  
 Dec.Lei nº. 219/82, de 2 de Junho      Dec.Lei nº. 49/91, de 25 de Janeiro  
 Dec.Lei nº. 399/G/84, de 28 de Dezembro      Dec.Lei nº. 264/92, de 24 de Novembro  
 Dec.Lei nº. 118/B/86, de 27 de Maio      Dec.Lei nº. 31/98, de 11 de Fevereiro  
 Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a uma reavaliação livre.

## 13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2003, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
<b>Imobilizações Corpóreas</b>			
Terrenos e recursos naturais	2 747 078	3 735 148	6 482 226
Edifícios e outras construções	1 472 751	2 830 117	4 302 868
Equipamento básico	1 072 967		1 072 967
Equipamento de transporte	556 007		556 007
Equipamento administrativo	137 365	882	138 247
	5 986 168	6 566 147	12 552 315

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

## 15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor contabilístico
2 414 485	1 851 601	562 884

Conforme indicado na Nota 3.c), a Empresa regista os seus bens pelo método financeiro.

## 16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2003, as empresas do grupo eram as seguintes:

Firma e sede	Fracção de capital detido	Capital próprio	Resultado do Exercício
Enop – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Av. <sup>a</sup> . 25 de Setembro, 1123-10 <sup>o</sup> Maputo - Moçambique	85.47%	1 406 273	8 453
Conduril – Engenharia (Angola), Lda. R. Kima Kyenda 2 - IL Luanda - Angola	99%	1 370 620	39 344
Mabalane – Inertes, Lda. Av. <sup>a</sup> . 25 de Setembro, 1123-10 <sup>o</sup> Maputo - Moçambique	55%	10 150	2 274
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, SA Av. Eng. <sup>o</sup> . Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde – Valongo - Portugal	100%	100 000	0

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 23.001.216 Euros, relacionadas com as empreitadas.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
28 - Provisão p/ cobranças duvidosas		222 967	222 967
39 - Provisão p/ depreciação de existências Materiais de consumo	33 420		33 420

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2003 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.000.000 acções com o valor nominal de 5 Euros, cada.

39. VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo inicial	Diminuição	Saldo final
Reservas de reavaliação Dec. Lei nº. 31/98, de 11 de Fevereiro	363 091	264 618	98 473
Reserva de reavaliação livre	6 469 629	86 297	6 383 332

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício de 2003 foi como segue:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Capital	10 000 000			10 000 000
52 - Acções próprias				
521 - Valor nominal	-1 000 000			-1 000 000
522 - Descontos e prémios	50 000			50 000
55 - Ajust. partes cap. em Emp. Grupo		-296 457		-296 457
56 - Reservas de reavaliação	6 832 719		350 914	6 481 805
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	732 856	53 000		785 856
574 - Reservas livres	2 745 584	799 499		3 545 083
59 - Resultados transitados	2 324 779	350 915	43 609	2 632 085
88 - Resultados líquidos	1 050 499	597 333	1 050 499	597 333

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no exercício de 2003, foi determinado como segue:

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	1 542 340
Compras	8 453 254
Existências finais	1 563 610
Custo no exercício	8 431 984

#### 42 VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2003 é como segue:

Movimentos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	4 528 523
Existências iniciais	4 203 871
Aumento no exercício	324 652

Demonstração do custo da prestação de serviços, como segue:

Movimentos	Prestação de serviços
Entradas provenientes da produção	41 441 769
Saída para a produção e imobilizado	490 594
Custos das vendas e prestação de serviços	41 932 363

#### 43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício de 2003, foram respectivamente:

Conselho de Administração	-	543 455 €
Fiscalização	-	13 943 €

#### 44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS

As vendas e prestações de serviços em 2003 distribuem-se da seguinte forma:

mercado interno	-	33 243 408 €
mercado externo	-	11 319 601 €

#### 45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
681 - Juros suportados	1 173 584	1 311 307	781 - Juros obtidos	431 573	781 357
682 - Perdas empresas do grupo		688 842	782 - Ganhos emp.grupo	47 427	43 609
685 - Dif. câmbio desfavoráveis	67 212	44 334	785 - Dif.câmbio favoráveis	166 105	80 170
688 - Outros custos e perdas	271 220	252 933	786 - Desc. p.p. obtidos	24 322	23 776
Resultados financeiros	-832 752	-1 361 108	788 - Out. prov. e ganhos	9 837	7 396
	679 263	936 308		679 263	936 308

#### 46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
691 - Donativos	250	4 274	794 - Ganhos em imobilizações	74 013	7 398 990
694 - Perdas em imobilizações		14 639	795 - Indemniz. seguros		40 046
695 - Multas e penalidades	7 890	32 524	797 - Cor. Rel. Ex. Anteriores		588 153
697 - Cor.rel. exercícios anteriores	71 872	61 802	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	43 157	590
698 - Outros custos e perdas extraord.	39 584	224 271			
Resultados extraordinários	-2 426	7 690 269			
	117 170	8 027 779		117 170	8 027 779

48. Do papel comercial contratado de 3.500.000 €, já se utilizou 3.500.000 €.

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2003.

No decurso deste acompanhei a actividade desenvolvida pela Empresa designadamente através de informações obtidas junto do Conselho de Administração e da leitura das actas das reuniões deste, tendo obtido toda a documentação que julguei necessária bem como todos os esclarecimentos solicitados.

Os controlos, verificações e análises que realizei confirmam os valores constantes das demonstrações financeiras e permitem afirmar que os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório do Conselho de Administração, são adequados à compreensão da situação da Empresa no fim do exercício e satisfazem o que a lei exige sobre a matéria.

Emiti a certificação legal das contas com reservas, a qual se considera fazendo parte deste relatório, e em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório e Contas individuais, relativos ao exercício de 2003, apresentados pelo Conselho de Administração, e que a Proposta de aplicação dos resultados está em condições de ser apreciada.

Linda-A-Velha, 12 de Março de 2004

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros

CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS  
R.O.C. inscrito com o n.º 78  
Rua João Chagas, 159-3-E  
Linda-A-Velha

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 67 677 849 euros e um total de capital próprio de 22 795 704 euros, incluindo um resultado líquido de 597 333 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - \* a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - \* a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - \* a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - \* a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### RESERVAS

6. No exercício de 2002, a Empresa celebrou um contrato de promessa de compra e venda das participações de capital que detinha na Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. e na Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A., e de cessão dos suprimentos de que era credora nas duas citadas sociedades, e em consequência disso registou a mais-valia de 7 384 029 euros. Como aquele contrato estava dependente do consentimento do Concedente das auto-estradas na zona Oeste de Portugal e dos Bancos Financiadores, o qual só se efectivou durante o ano de 2003, a citada mais-valia de 7 384 029 euros deveria ter sido registada neste exercício.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos da situação mencionada no parágrafo 6 anterior, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Linda-A-Velha, 12 de Março de 2004

Crisóstomo Aquino de Barros

# Ledo, Morgado e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Conduril – construtora Duriense, S.A. (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 67.677.849 Euros e capitais próprios de 22.795.704 Euros, incluindo um resultado líquido de 597.333 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação

da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reserva**

5. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa registou uma mais-valia de 7.384.000 Euros na sequência da assinatura do contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”, sendo que, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, só no corrente exercício se verificaram as condições para o reconhecimento daquele proveito. Caso não tivesse sido antecipado o registo da mais-valia acima referida, o resultado líquido do exercício viria aumentado daquele montante.

### **Opinião**

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Conduril – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### **Ênfase**

7. O Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa da Conduril – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, apresentados para efeitos comparativos, foram objecto de Relatório de Auditoria, datado de 24 de Fevereiro de 2003, que inclui uma reserva relacionada com o assunto descrito no parágrafo 5 acima.

Porto, 12 de Março de 2004

LEDO, MORGADO E ASSOCIADOS, SROC  
Representada por Jorge Bento Martins Ledo

Aos Accionistas da

**Conduril – Construtora Duriense, S.A.**

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril – Construtora Duriense, S.A. (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa registou uma mais-valia de 7.384.000 Euros na sequência da assinatura do contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”, sendo que, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, só no corrente exercício se verificaram as condições para o reconhecimento daquele proveito. Caso não tivesse sido antecipado o registo da mais-valia acima referida, o resultado líquido do exercício viria aumentado daquele montante.
4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de da Conduril – Construtora Duriense, S.A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
5. O Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa da Conduril – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, apresentados para efeitos comparativos, foram objecto de Relatório de Auditoria, datado de 24 de Fevereiro de 2003, que inclui uma reserva relacionada com o assunto descrito no parágrafo 3 acima.

Porto, 12 de Março de 2004  
DELOITTE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
E CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e das normas de consolidação de contas, submetemos à apreciação de V.Ex<sup>as</sup>. o Relatório Consolidado de Gestão e Contas Consolidadas relativas ao ano de 2003, apresentado em complemento ao Relatório de Gestão e Contas Individuais, e integrando a actividade das empresas do grupo.

#### ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.

Procedemos, no exercício, à aquisição de 25.47% do capital social ao nosso sócio local, passando a nossa posição a ser de 85.47%, em manifestação de fundadas convicções do crescente interesse da empresa para o nosso grupo.

O ano decorreu aquém das expectativas e dos valores orçamentados, sobretudo em consequência do reiterado atraso na adjudicação de obras, havendo sinais de que a situação vai melhorar em 2004. A forte desvalorização do dólar teve também repercussões negativas no capital próprio da empresa que, à data do fecho do exercício, atingiu o valor de 1 406 273 euros.

A produção foi de 994 060 euros e o resultado líquido do exercício cifrou-se em 8 453 euros, sendo todavia de notar que a empresa tem vindo a melhorar muito rapidamente a sua cotação no mercado, surgindo já no 11º lugar do ranking das maiores empresas.

#### CONDURIL Engenharia (Angola), Lda.

Foram registados significativos progressos na actividade e resultados relativamente ao ano anterior, tal como havíamos previsto. A produção atingiu o valor de 1 008 886 euros e o resultado líquido do exercício foi de 39 344 euros.

O valor do capital próprio situou-se em 1 370 620 euros. Esta empresa continuou a desempenhar muito satisfatoriamente a missão estratégica que lhe cabe no seio do grupo e há perspectivas sólidas de reforço do seu interesse.

#### MABLANE - Inertes, Lda.

A laboração desta empresa foi prejudicada pela necessidade de alteração do sistema de fabrico, esperando-se que em 2004 a situação seja ultrapassada com aproveitamento económico dos recursos disponíveis.

O capital próprio da empresa é de 10 150 euros e o resultado líquido do exercício foi de 2274 euros.

#### CONDURIL – Gestão de Concessões de Infraestruturas, SA

Esta empresa foi criada em 2003 com o capital social de 100 000 euros, tendo em vista a actuação em novas áreas de negócio que temos em apreciação, e ainda não iniciou a sua actividade.

A actividade da empresa mãe, CONDURIL Construtora Duriense, SA, é detalhada no Relatório de Gestão e Contas individuais.

Ermesinde, 8 de Março de 2004

**BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**  
unid. EUR

ACTIVO	2 003			2 002
	AB	AP	AL	AL
<b>IMOBILIZADO</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Propriedade industrial e outros direitos	110 992		110 992	128 065
	<u>110 992</u>		<u>110 992</u>	<u>128 065</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	6 532 183	49 956	6 482 226	6 532 183
Edifícios e outras construções	7 410 803	2 698 517	4 712 286	4 857 081
Equipamento básico	24 406 989	22 753 707	1 653 282	1 908 959
Equipamento de transporte	6 104 486	4 920 710	1 183 776	634 350
Ferramentas e utensílios	642	642		
Equipamento administrativo	738 390	552 993	185 396	201 477
Outras imobilizações corpóreas	46 538	44 847	1 691	934
Imobilizações em curso	1 399 188		1 399 188	965 803
	<u>46 639 218</u>	<u>31 021 372</u>	<u>15 617 845</u>	<u>15 100 787</u>
<b>Investimentos financeiros</b>				
Partes de capital em empresas do grupo				5 255
Títulos e outras aplicações financeiras	327 274		327 274	327 274
	<u>327 274</u>		<u>327 274</u>	<u>332 529</u>
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Existências</b>				
Matérias primas subs. e consumo	1 607 381	33 420	1 573 961	1 564 832
Produtos e trabalhos em curso	5 022 775		5 022 775	4 203 871
	<u>6 630 156</u>	<u>33 420</u>	<u>6 596 736</u>	<u>5 768 703</u>
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo</b>				
Clientes c/c	31 455 662	39 178	31 416 484	28 879 846
Clientes c/ retenção de garantias	2 189 869		2 189 869	2 802 277
Clientes duvidosos	222 967	222 967		
Adiantamentos a fornecedores	35 196		35 196	20 825
Estado e outros entes públicos	41 555		41 555	92 814
Outros devedores	8 444 301		8 444 301	16 912 041
	<u>42 389 550</u>	<u>262 145</u>	<u>42 127 405</u>	<u>48 707 803</u>
<b>Depósitos bancários e caixa</b>				
Depósitos bancários	2 860 139		2 860 139	1 246 252
Caixa	103 530		103 530	81 769
	<u>2 963 669</u>		<u>2 963 669</u>	<u>1 328 021</u>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
Acréscimos e proveitos	1 215 739		1 215 739	1 968 160
Custos diferidos	142 689		142 689	291 144
	<u>1 358 428</u>		<u>1 358 428</u>	<u>2 259 304</u>
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		31 021 372		
TOTAL DE PROVISÕES		295 565		
TOTAL DO ACTIVO	100 419 286	31 316 937	69 102 349	73 625 212

**BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

unid. EUR

**CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
<b>Capital</b>	10 000 000	10 000 000
<b>Acções próprias</b>		
Valor nominal	-1 000 000	-1 000 000
Descontos e prémios	50 000	50 000
<b>Diferenças de consolidação</b>	280 926	
<b>Reservas de reavaliação</b>	6 978 492	7 317 609
<b>Reservas</b>		
Reservas legais	785 856	732 856
Reservas livres	3 545 083	2 745 584
<b>Resultados transitados</b>	1 785 079	2 090 773
	<u>22 425 436</u>	<u>21 936 822</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	597 333	799 438
	<u>23 022 769</u>	<u>22 736 260</u>
<b>Total do capital próprio</b>		
	<u>23 022 769</u>	<u>22 736 260</u>
<b>INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		
	<u>222 605</u>	<u>640 033</u>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	3 375 000	
Outros empréstimos obtidos		10 000 280
	<u>3 375 000</u>	<u>10 000 280</u>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
Dívidas a instituições de crédito	14 035 538	15 317 443
Fornecedores c/c	16 235 184	15 258 285
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	343 600	150 787
Fornecedores - títulos a pagar	2 221 859	1 647 540
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar	2 083	
Outros empréstimos obtidos	3 500 000	
Fornecedores de imobilizado c/c	667 834	402 222
Estado e outros entes públicos	1 921 991	1 756 429
Outros credores	659 953	1 577 689
	<u>39 588 042</u>	<u>36 110 395</u>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
Acréscimos de custos	1 200 052	1 054 309
Proveitos diferidos	1 693 881	3 083 935
	<u>2 893 933</u>	<u>4 138 244</u>
<b>Total do passivo</b>	45 856 975	50 248 919
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO</b>		
	<u>69 102 349</u>	<u>73 625 212</u>

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

unid. Euro

	EXERCÍCIOS			
	2 003		2002	
<b><u>CUSTOS E PERDAS</u></b>				
Custo das mercadorias vendidas e das mat.cons.				
Matérias	8 885 143	8 885 143	10 923 200	10 923 200
Fornecimentos e serviços externos		25 353 279		27 240 665
Custos com o pessoal				
Remunerações	7 737 755		7 950 099	
Encargos sociais				
Pensões	232 365		236 000	
Outros	2 250 579	10 220 699	2 405 494	10 591 593
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo	1 544 272		1 411 862	
Provisões	222 967	1 767 239	23 711	1 435 573
Impostos	492 609		340 021	
Outros custos operacionais	1 582 081	2 074 690	2 020 633	2 360 654
(A)		48 301 050		52 551 685
Juros e custos similares				
Outros	1 555 002	1 555 002	1 646 268	1 646 268
(C)		49 856 052		54 197 953
Custos e perdas extraordinários		119 595		351 877
(E)		49 975 647		54 549 830
Imposto s/ rendimento do exercício		540 615		721 426
(G)		50 516 262		55 271 256
Interesses minoritários		2 645		25 520
Resultado consolidado líquido do exercício		597 333		799 438
		<u>51 116 240</u>		<u>56 096 214</u>
<b><u>PROVEITOS E GANHOS</u></b>				
Vendas				
Produtos	2 920		255 000	
Prestações de serviços	45 728 994	45 731 914	49 357 393	49 612 393
Variação da produção		793 451		- 5 368 190
Trabalhos para a própria empresa		514 174		426 138
Proveitos suplementares	493 595		108 225	
Outros proveitos operacionais	2 802 220	3 295 815	2 915 084	3 023 309
(B)		50 335 354		47 693 650
Outros juros e proveitos similares				
Outros		660 824		917 172
(D)		50 996 178		48 610 822
Proveitos e ganhos extraordinários		120 062		7 485 392
(F)		<u>51 116 240</u>		<u>56 096 214</u>
<b>RESUMO</b>				
Resultados operacionais	(B) - (A)	2 034 304		- 4 858 035
Resultados financeiros	(D - B) - (C-A)	- 894 178		- 729 096
Resultados correntes	(D)-(C)	1 140 126		- 5 587 131
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	1 140 593		1 546 384
Res. cons. c/os interesses minorit. do exercício	(F) - (G)	599 978		824 958

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS por funções

unid Euro

	Exercício	
	2 003	2 002
Vendas e prestações de serviços	45 731 914	49 612 393
Custo das vendas e das prestações de serviços	43 938 447	51 982 720
<b>Resultados brutos</b>	<b>1 793 467</b>	<b>-2 370 327</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	5 403 581	4 376 877
Custos de distribuição		
Custos administrativos	3 081 364	3 576 501
Outros custos e perdas operacionais	2 593 014	3 101 886
<b>Resultados operacionais</b>	<b>1 522 670</b>	<b>- 4 671 837</b>
Custo líquido de financiamento	1 316 178	1 251 453
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	8 672	
Ganhos (perdas) em outros investimentos	757 802	7 429 367
Resultados não usuais ou não frequentes	167 627	
<b>Resultados correntes</b>	<b>1 140 593</b>	<b>1 506 077</b>
Impostos sobre os resultados correntes	540 615	175 420
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>599 978</b>	<b>1 330 657</b>
Interesses minoritários	2 645	25 520
Resultados extraordinários		55 307
Impostos sobre os resultados extraordinários		561 006
<b>Resultados líquidos</b>	<b>597 333</b>	<b>799 438</b>
<b>Resultados por ação</b>	<b>0.33</b>	<b>0.44</b>

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

unid. EUR

ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebido de clientes	43 807 684	
Pago a fornecedores	-32 228 780	
Pagamentos ao pessoal	-10 220 699	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	1 358 205	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-384 117	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	2 135 554	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	3 109 642	
Pag. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-548 887	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>2 560 755</b>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	7 644 476	
Imobilizações corpóreas	214 447	
Juros e proveitos similares		7 858 923
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	-101 320	
Imobilizações corpóreas	-1 561 466	
Imobilizações incorpóreas	0	-1 662 786
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>6 196 137</b>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	2 314 541	
Juros e custos similares	955 221	3 269 762
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	-8 440 565	
Dividendos	-198 000	
Juros e custos similares	-1 752 441	-10 391 006
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-7 121 244</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>1 635 648</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 328 021</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2 963 669</b>

### ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2003	2002
Numerário	103 530	81 769
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 860 139	1 246 252
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>2 963 669</b>	<b>1 328 021</b>

Nota: Relativamente aos números 1, 3, 4, e 5 nada há a referir

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31.12.2003**  
(Montantes expressos em Euros)

**NOTA INTRODUTÓRIA**

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

**BASES DA CONSOLIDAÇÃO**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da CNC.

**EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003, são as seguintes:

Firma e Sede	Fracção de capital detido	Razões de inclusão
CONDURIL – Construtora Duriense, SA	Empresa Mãe	
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Maputo – Moçambique	85.47%	DL.238/91, artº1, nº1, alínea a)
CONDURIL Engenharia (Angola), Lda. Luanda – Angola	99%	“
MABALANE – Inertes, Lda. Maputo – Moçambique	55%	“
CONDURIL – Gestão de Concessão de Infraestruturas, SA Av. Eng. Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde – Valongo - Portugal	100%	“

**7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL**

Durante o exercício de 2003, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 621.

**22. GARANTIAS PRESTADAS**

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 23.001.216 Euros, relacionadas com as empreitadas.

**23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS**

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

### Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica de interesses minoritários.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20%, foram valorizadas ao custo de aquisição.

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As imobilizações corpóreas foram objecto de reavaliações de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. O valor dos terrenos e edifícios encontra-se influenciado pelo registo de uma reavaliação extraordinária em 31 de Dezembro de 2001 no montante de 7 108 433 Euros.

As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes. As taxas de amortização correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição (323 869 €) e ao custo médio de aquisição (1283 512 €).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados tendo por base o custo de construção, conforme definido no caderno de encargos, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de realização.

Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências no caso deste ser inferior ao custo.

Para reconhecimento dos proveitos e dos custos das obras em curso, foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício os custos e proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em função do critério da percentagem de acabamento das obras.

g) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

h) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e subcontratos.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

j) Impostos diferidos

A Empresa optou por não reconhecer os ajustamentos referentes aos saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos relativos a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da Directriz Contabilística nº 28 – Impostos sobre o Rendimento.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

1 € = 30 028.59 Meticais

1 € = 1.2606 \$USD

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Diminuições	Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Prop. industrial e outros direitos	128 065			17 073	110 992
	128 065			17 073	110 992
<b>Imobilizado Corpóreo</b>					
Terrenos e recursos naturais	6 532 183				6 532 183
Edifícios e outras construções	7 281 632	154 104	33 362	58 295	7 410 803
Equipamento básico	24 512 516		777 074	882 601	24 406 989
Equipamento de transporte	5 729 159		1 338 776	963 449	6 104 486
Ferramentas e utensílios	642				642
Equipamento administrativo	691 995		58 957	12 562	738 390
Outras imobilizações corpóreas	54 176		1 762	9 400	46 538
Imobilizações em curso	965 802		495 548	62 163	1 399 187
	45 768 105	154 104	2 705 479	1 988 470	46 639 218
<b>Investimentos Financeiros</b>					
Partes de capital em empresas do grupo	5 255			5 255	
Títulos e outras aplicações financeiras	327 274				327 274
	332 529			5 255	327 274

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais		49 956		49 956
Edifícios e outras construções	2 424 550	305 912	31 945	2 698 517
Equipamento básico	22 603 558	757 265	607 116	22 753 707
Equipamento de transporte	5 094 809	364 382	538 481	4 920 710
Ferramentas e utensílios	642			642
Equipamento administrativo	490 519	65 939	3 465	552 993
Outras imobilizações corpóreas	53 242	843	9 238	44 847
	30 667 320	1 544 297	1 190 245	31 021 372

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

mercado interno	-	33 243 408 €
mercado externo	-	12 488 506 €

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais pelo desempenho das suas funções no exercício de 2003, foram respectivamente:

Conselho de Administração:	688 753 €
Fiscalização:	13 943 €

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Dec.Lei n.º. 430/78, de 27 de Dezembro	Dec.Lei n.º. 111/88, de 2 de Abril
Dec.Lei n.º. 219/82, de 2 de Junho	Dec.Lei n.º. 49/91, de 25 de Janeiro
Dec.Lei n.º. 399/G/84, de 28 de Dezembro	Dec.Lei n.º. 264/92, de 24 de Novembro
Dec.Lei n.º. 118/B/86, de 27 de Maio	Dec.Lei n.º. 31/98, de 11 de Fevereiro

Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a reavaliações livres.

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2003, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
<b>Imobilizações Corpóreas</b>			
Terrenos e recursos naturais	2 747 078	3 735 148	6 482 226
Edifícios e outras construções	1 536 403	3 175 883	4 712 286
Equipamento básico	1 408 250	245 032	1 653 282
Equipamento de transporte	1 183 776		1 183 776
Equipamento administrativo	178 582	6 814	185 396
	7 054 089	7 162 877	14 216 966

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
681- Juros suportados	1 173 739	1 312 610	781- Juros obtidos	434 867	785 095
685 - Dif. câmbio desfavoráveis	81 015	49 792	785 - Dif.câmbio favoráveis	191 798	83 975
688 - Outros custos e perdas	300 248	283 866	786 - Desc. p.p. obtidos	24 322	23 776
Resultados financeiros	-894 178	-729 096	788 - Outros prov. e ganhos	9 837	24 326
	660 824	917 172		660 824	917 172

45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
691 - Donativos	250	4 274	794 - Ganhos em imobiliz.	74 013	7 398 990
694 - Perdas em imobilizações		14 639	795 - Indemniz. seguros		40 046
695 - Multas e penalidades	7 890	32 524	797 - Correção exerc.anterior		45 765
697 - Correção exerc.anterior	71 872	76 168	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	46 049	590
698 - Outros custos e perdas extraordinários	39 584	224 271			
Resultados extraordinários	466	7 133 515			
	120 062	7 485 391		120 062	7 485 391

#### 46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
28 – Provisão para cobranças duvidosas	47 404	214 741	262 145
39 - Provisão p/ depreciação de existências Materiais de consumo	33 420		33 420

#### 47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003 o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor contabilístico
2 414 485	1 851 601	562 884

#### 48. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio:

Em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em 2 segmentos principais – Obras públicas e privadas

	Obras Públicas		Obras Privadas		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
<b>RÉDITOS</b>						
Vendas e prestação de serviços	38 307 931	43 438 887	7 423 983	6 173 506	45 731 914	49 612 393
<b>RESULTADOS</b>						
Resultados Operacionais	1 899 567	-4 723 087	134 737	-134 948	2 034 304	-4 858 035
Gastos de Juros					-1 555 002	-1 646 268
Proveitos de Juros					660 824	917 172
Imposto sobre os lucros					-540 615	-721 426
Resultados de actividades ordinárias					599 511	-6 308 557
Resultados extraordinários	466	7 133 515			466	7 133 515
Interesses minoritários					-2 645	-25 520
Resultado Líquido					597 332	799 438
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						
Activos do segmento	65 989 491	69 974 567	2 785 584	3 318 116	68 775 075	73 292 683
Activos da empresa não imputados					327 274	332 529
Activos totais consolidado					69 102 349	73 625 212
Passivo de segmento	16 956 156	14 464 493	679 517	2 994 341	17 635 673	17 458 834
Passivos da empresa não imputados					28 221 301	32 790 085
Passivos totais consolidados					45 856 974	50 248 919
Dispêndios de capital fixo	2 586 438	3 854 121	119 041	174 635	2 705 479	4 028 756
Depreciações	1 137 874	1 350 662	52 371	61 200	1 190 245	1 411 862

Segmentos geográficos:

A Empresa opera em 3 áreas geográficas: Portugal Angola e Moçambique

Réditos de vendas e prestação de serviços por mercados geográficos	2003	2002
Portugal	33 289 660	41 228 659
Angola	11 446 277	5 322 635
Moçambique	995 977	3 061 099
Total	45 731 914	49 612 393

Activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas por área geográfica

	Activos líquidos segmentais		Investimentos	
	2003	2002	2003	2002
Portugal	47 358 342	51 764 124	1 122 990	773 803
Angola	19 333 328	19 128 771	1 465 569	2 989 356
Moçambique	2 410 679	2 732 316	271 024	265 597
Total	69 102 349	73 625 211	2 859 583	4 028 756

#### 49. OUTRAS INFORMAÇÕES

##### impostos diferidos

A Empresa optou por não reconhecer os ajustamentos referentes a saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos relativos a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da Directriz Contabilística nº 28 – Impostos sobre o Rendimento.

Caso tivesse optado pelo registo do valor dos activos e passivos por impostos diferidos, o impacto seria: débito de 2.035 milhares de Euros em Reservas de reavaliação, crédito de 316 milhares de Euros em Imposto sobre o Rendimento e crédito de 1.719 milhares de Euros em Acréscimos e diferimentos – passivos por impostos diferidos.

##### papel comercial

Do papel comercial contratado de 3.500.000 €, já se utilizou 3.500.000 €.

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre a fiscalização das Contas consolidadas da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2003, as quais me foram submetidas para exame em conjunto com o Relatório consolidado de gestão.

Da verificação das operações de consolidação das contas das empresas englobadas na consolidação concluí que os documentos de prestação de contas consolidadas estão em conformidade com as contas das empresas respectivas.

Em resultado da análise feita emiti a certificação legal das contas consolidadas com reservas, a qual se considera fazendo parte deste relatório, e em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório e Contas consolidadas, relativos ao exercício de 2003, apresentados pelo Conselho de Administração.

Linda-A-Velha, 12 de Março de 2004

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros

CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS  
R.O.C. inscrito com o n.º 78  
Rua João Chagas, 159 – 3 – E  
Linda-A-Velha

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro em 2003 (que evidencia um total de 69 102 349 euros e um total de capital próprio de 23 022 769 euros, incluindo um resultado líquido de 597 333 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - \* a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;
  - \* a verificação das operações de consolidação;
  - \* a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - \* a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - \* a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

## RESERVAS

6. No exercício de 2002, a Empresa celebrou um contrato de promessa de compra e venda das participações de capital que detinha na Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. e na Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A., e de cessão dos suprimentos de que era credora nas duas citadas sociedades, e em consequência disso registou a mais-valia de 7 384 029 euros. Como aquele contrato estava dependente do consentimento do Concedente das auto-estradas na zona Oeste de Portugal e dos Bancos Financiadores, o qual só se efectivou durante o ano de 2003, a citada mais-valia de 7 384 029 euros deveria ter sido registada neste exercício.

## OPINIÃO

7. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos da situação mencionada no parágrafo 6 anterior, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Linda-A-Velha, 12 de Março de 2004

Crisóstomo Aquino de Barros

# Ledo, Morgado e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

### **Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Conduril – Construtora Duriense, S.A. e subsidiárias (Empresa), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 69.102.349 Euros e capitais próprios de 23.022.769 Euros, incluindo um resultado líquido de 597.333 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Conduril – Construtora Duriense, S.A.; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações

financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação (e quando for o caso, a aplicação do método da equivalência patrimonial) e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reserva**

5. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa registou uma mais-valia de 7.384.000 Euros na sequência da assinatura do contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”, sendo que, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, só no corrente exercício se verificaram as condições para o reconhecimento daquele proveito. Caso não tivesse sido antecipado o registo da mais-valia acima referida, o resultado líquido do exercício viria aumentado daquele montante.

#### **Opinião**

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Conduril – Construtora Duriense, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

#### **Ênfase**

7. O Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa da Conduril – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, apresentados para efeitos comparativos, foram objecto de Relatório de Auditoria, datado de 24 de Fevereiro de 2003, que inclui uma reserva relacionada com o assunto descrito no parágrafo 5 acima.

Porto, 12 de Março de 2004

LEDO, MORGADO E ASSOCIADOS, SROC  
Representada por Jorge Bento Martins Ledo

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS**

Aos Accionistas da

**Conduril - Construtora Duriense, S.A.**

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril – Construtora Duriense, S.A. (Empresa), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa registou uma mais-valia de 7.384.000 Euros na sequência da assinatura do contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”, sendo que, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, só no corrente exercício se verificaram as condições para o reconhecimento daquele proveito. Caso não tivesse sido antecipado o registo da mais-valia acima referida, o resultado líquido do exercício viria aumentado daquele montante.
4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Conduril – Construtora Duriense, S.A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
5. O Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa da Conduril – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, apresentados para efeitos comparativos, foram objecto de Relatório de Auditoria, datado de 24 de Fevereiro de 2003, que inclui uma reserva relacionada com o assunto descrito no parágrafo 3 acima.

Porto, 12 de Março de 2004

DELOITTE

## ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONSTAS DE 31.03.2004

Extracto da acta:

“ ...

Proponho que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão, as Contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2003.

... a qual foi aprovada por unanimidade.

Proponho que a Assembleia Geral aprove o Relatório Consolidado de Gestão, as Contas Consolidadas do exercício e demais documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2003.

... a qual foi aprovada por unanimidade.

Proponho, com base na fundamentação constante do Relatório de Gestão, que o resultado líquido de 599 333 euros tenha a seguinte aplicação:

- a. 198 000 Euros – para dividendos, a que corresponde 0.11 euros por acção;
- b. 30 000 Euros – para reforço da reserva legal;
- c. 369 333 Euros – para reservas livres.

... tendo sido aprovada por unanimidade.